

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)**

19.06.2019

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)**

19.06.2019

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Senhoras e senhores, boa tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: deputado Adalberto Freitas; deputado Carlão Pignatari; deputado Dirceu Dalben; deputado Bruno Ganem; deputada Monica da Bancada Ativista. Quero também registrar aqui a justificativa da deputada Márcia Lia e o deputado Reinaldo Alguz pelo não comparecimento à nossa reunião.

Solicito à secretária leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Pela ordem, o deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Sugiro a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - É regimental o pedido de V. Exa., os deputados favoráveis permaneçam como se encontram. Está aprovada a leitura da Ata da reunião anterior.

Vamos para a Ordem do Dia. Quero desde já convidar a senhora diretora presidente da Cetesb Patrícia Iglecias para sentar aqui conosco. Seja bem-vinda a esta Comissão.

Quero registrar que a presidente em um primeiro momento já se colocou à disposição para poder participar da nossa Comissão. Eu disse a ela que nós já estivemos com o secretário Marcos Penido, que também fez a sua apresentação sobre os planos,

desafios da secretaria no caso e depois, ao final, os deputados que já estão inscritos aqui para poder fazer um questionamento, uma pergunta para que a senhora possa responder.

Para a gente poder dar sequência, mais uma vez quero agradecer a sua presença aqui e se tiver algum assessor que queira participar, também sentar aqui ao lado, fique à vontade. Não sei se já está pronta a apresentação da presidente, mas, então, quero passar a palavra desde já à presidente da Cetesb Patrícia Iglecias, para que ela possa fazer as suas considerações.

A gente fez com o secretário Marcos Penido 20 minutos para que ele pudesse apresentar. Então da mesma forma assim o farei. A senhora tem 20 minutos para a apresentação e em seguida a gente inicia com a pergunta dos deputados. Eles perguntam, a senhora responde, e assim por sequência. É claro que o pela ordem está liberado para que os deputados possam intervir ao longo da apresentação.

Passo a palavra à Sra. Patrícia Iglecias.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Então boa tarde a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao deputado Caio França pela oportunidade que nós temos nesta tarde de apresentar os trabalhos que estão sendo realizados no âmbito da Cetesb. Cumprimentar também aos deputados que estão aqui presentes, em especial o deputado Carlão Pignatari, que coordena os trabalhos do PSDB e em especial os deputados presentes também deputado Adalberto Freitas; deputado Dirceu Dalben; deputado Bruno Ganem e também a deputada Monica aqui presente, também representando as mulheres na Assembleia e para nós é uma oportunidade porque é importante mostrar o trabalho que a Cetesb vem fazendo como um dos componentes da secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que é um componente diferenciado por ser o órgão licenciador e o órgão fiscalizador no âmbito do sistema ambiental e sistema de infraestrutura e meio ambiente do Estado, então tem um papel bastante relevante.

Cumprimento também aos nossos diretores da Cetesb, não vou referenciar nominalmente, mas aos diretores aqui presentes, assessores e a todos os senhores e senhoras que estão aqui nesta tarde para tratar de um tema que é importante para todos nós hoje que é a questão ambiental. Eu vou avisando e vai passando, é isso? O slide? Então pode passar ao próximo.

Nós fizemos uma separação por áreas da Cetesb, áreas de atuação com os principais pontos que nós estamos trabalhando e se houver interesse, depois podemos explorar em maiores detalhes. A primeira área então é a Diretoria de Controle e

Licenciamento Ambiental, a nossa diretoria está aqui presente, que é a Zuleica Peres. Pode ficar de pé, Zuleica, só para as pessoas te conhecerem e essa diretoria, então, é responsável pelos licenciamentos, os licenciamentos de indústria, os licenciamentos que, vamos dizer assim, não são aqueles maiores de empreendimentos que envolvem o Estado e as grandes obras do Estado. Podemos passar então.

E nós trouxemos para vocês e depois fica à disposição também, eu vou pegar por aqui, porque para mim fica mais fácil para enxergar, dados dessas licenças para que seja possível acompanhar o número de licenças concedidas de uma forma geral. Aqui há licenças diferentes, são vários tipos de licenças que a Cetesb concede, mas há números gerais e números específicos, então desde autorizações para supressão de vegetação nativa, a questão de certificados de dispensa de licença em algumas das hipóteses, quando isso é aplicável, o próprio Cadri, que envolve a movimentação de resíduos de interesse ambiental, pareceres técnicos que são emitidos pela área, também o indeferimento que ocorre em determinadas situações e, como muitos dos senhores sabem, nós temos hoje o Via Rápida Ambiental, chamado VRA, que facilita para hipóteses mais simples a emissão da licença, então, nesse caso nós tivemos 2.158 licenças emitidas e autorizações; 2.161 emissões; pedidos arquivados 2.705, dando um total de 22.128 emissões nesse período desde janeiro. Também foram emitidos 892 termos de compromisso de recuperação ambiental. Esses são dados públicos que ficam à disposição de todos e que podem solicitar informações mais detalhadas a respeito deles.

No próximo slide, vocês podem ver as chamadas ações de controle e outras ações que são realizadas, porque nós também fazemos muitas vezes inspeções, fazemos as ações de verificação de fumaça preta, então recentemente houve uma ação especial, por ser o início do inverno. Existem dois focos principais no verão: a questão dos desastres, dos escorregamentos por conta das chuvas e agora no fechamento dessa época e início do inverno essa verificação de fumaça preta, também então aqui ações especiais nesse sentido e ações gerais, as infrações ambientais de uma forma geral, também a questão do atendimento a emergências químicas e a interdição de empreendimentos, também totalizando então o número de 21.681. Eu vou passar de forma rápida essa parte, porque se houver interesse, depois nós voltamos e detalhamos.

Temos também outras ações específicas, como, por exemplo, o atendimento ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e à Secretaria de Segurança Pública, então a Cetesb também presta esse tipo de cooperação com outras áreas quando solicitada,

então nesse período de janeiro a maio nós tivemos 3.208 atendimentos. Vocês veem que o nosso número de funcionários continua o mesmo, mas nós nos dividimos entre essas demandas externas, que são as demandas dos empreendimentos e também essas demandas que vêm de outros órgãos. As denúncias fumaça preta também, que foram 547 denúncias nesse período. Então esses dados ficam à disposição de todos vocês, são dados específicos da parte de licenciamento.

Essa diretoria também trabalha com a publicação do inventário estadual de resíduos sólidos urbanos, esse é um tema fundamental porque enquanto no Brasil nós temos dados ainda muito incipientes no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos, em que a maior parte dos municípios ainda tem lixões e, portanto, uma disposição inadequada dos resíduos, o estado de São Paulo tem avançado bastante no que diz respeito à questão do índice de qualidade dos aterros e isso diferenciado o nosso Estado desde antes da própria política nacional de resíduos sólidos, que é uma legislação de 2010, então nós podemos perceber ali uma comparação entre o ano de 2011 e 2018 que nos mostra a situação que nós tínhamos em 2011, de uma disposição inadequada em 153 municípios para uma situação semelhante agora em 2018 de 28 municípios.

Mesmo assim, nesses casos, são o que nós chamamos de aterros inadequados, o que significa que eles não são lixões. Por quê? O lixão é uma sistemática em que não houve nenhum tipo de licenciamento, significa que foi utilizada uma área simplesmente para disposição do resíduo e no caso aqui, nós temos um acompanhamento minimamente feito em valas, um cuidado feito pelo acompanhamento do órgão ambiental. Então nós temos uma situação no nosso Estado de 95,6% de disposição adequada, o que nos permite, inclusive, contribuir com essa política para os demais estados. Nós estamos sendo demandados pelos outros estados brasileiros, inclusive, para que possamos contribuir com aquilo que nós fazemos em São Paulo oferecendo para os demais estados, como uma contribuição de São Paulo.

No próximo slide também os dados de esgoto doméstico, que é um ponto bastante relevante, o índice de tratabilidade de esgoto da população, que também consta deste relatório que já está publicado e que pode ser acessado por cada um de vocês. Então aqui se avalia a implantação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto em São Paulo, no estado de São Paulo. Ele evoluiu, então, 5,49% para 6,34%. Aqui a evolução é, vamos dizer assim, uma evolução menor em termos de dados, então ainda temos que trabalhar neste tema, mas também é um tema mais difícil de ser trabalhado. Existem questões que podem ser discutidas depois se os senhores tiverem interesse em

relação a este assunto. O importante é dizer que esta gestão está muito focada, a gestão do sistema, porque a Cetesb só faz o acompanhamento, mas a gestão do sistema ambiental está muito focada nesse assunto é a própria Sabesp vem trabalhando nesse sentido e o projecto, que é o projeto do governo, no que diz respeito à despoluição dos rios, também passa pela questão do tratamento de esgoto e do saneamento, porque não basta ter uma tecnologia aplicada aos rios, é preciso tratar a questão do saneamento para que possa ter uma solução do ponto de vista dos rios. É importante que os municípios sem tratamento – eram 96 em 2011 e passamos para 40 em 2018. Então nós conseguimos perceber uma evolução bastante interessante do ponto de vista do nosso Estado. Esses são os dados, então, da Diretoria de Controle, conhecida como Diretoria C.

Agora nós passamos, então, para a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, que as pessoas conhecem como diretoria AI, então o nosso diretor está aqui também, é o Domenico Tremaroli, e a Diretoria de Impacto trabalha, então, com as grandes obras, aquelas obras de abertura de vias, obras que têm uma interface com questões diretas do próprio Estado e, portanto, elas precisam de licenciamento e de um grupo de técnicos que vai dar uma dedicação e um prazo muitas vezes difícil de ser cumprido e de ser atendido naquele foco de que há obras que são empreendimentos privados, mas há também um interesse público na realização daquelas obras. É diferente da outra diretoria, que vai estar trabalhando com outro tipo de empreendimento, só para nós entendermos o raciocínio. E ficou um pouco pequeno, mas eu vou esclarecer a vocês que um primeiro ponto de trabalho nesta gestão é o que nós chamamos de aprimoramento da interlocução com órgãos intervenientes. Por quê? Nós temos sido impactados em algumas questões no que diz respeito a temas que têm interface com outras áreas.

Exemplo: se nós temos empreendimentos que, como o frigorífero, que vão passar por uma relação com questões de segurança aeroportuária, nós dependemos de um parecer do Comaer, que vai dizer sobre a segurança aeroportuária. Entretanto, eles têm um número muito reduzido de pessoas para falar a respeito disso, então o impacto nas atividades do Estado acaba atrasando muito o próprio licenciamento, o que fez com que a Cetesb passassem a diligenciar junto a esses órgãos externos e nós, então, fizemos um trabalho junto ao Comaer, junto ao Cenipa também em Brasília para discutir essa questão da segurança aeroportuária. Estamos agora em fase de fechamento de uma metodologia para ser aplicada a essas situações, analisando exatamente como trabalhar

isso. Por quê? Nossos técnicos verificam alguns empreendimentos que, por exemplo, são fechados, não têm essa interface com as aves, mas por uma regra geral que ficou preestabelecida em uma norma federal precisava sempre passar por essa visão do próprio Comaer, atrasando licenciamento e não trazendo os benefícios necessários do ponto de vista prático.

Então isso está sendo discutido com o órgão competente e em breve nós vamos ter uma solução. Isso também está sendo diligenciado em outros temas junto à Artesp quando há a interferência também de um órgão externo para outros tipos de obra, então nós entendemos que é fundamental e eu acho que o resumo que pode ser colocado em termos de licenciamento hoje no Estado é que o licenciamento precisa ser um procedimento dinâmico, que acompanhe a realidade do dia a dia. Ele não pode ser simplesmente algo previsto na norma em que o órgão licenciador fique ali aguardando um pedido e formalmente respondendo, ele precisa estar preparado para verificar o que está acontecendo na ordem do dia e buscar também essas respostas para que se atendam tantos critérios ambientais, mas também os critérios necessários para o andamento dessas licenças e é nesse sentido que nós estamos trabalhando.

Então estamos também reordenando nessa diretoria as remessas das agências para a sede minimizando, por assim dizer, a intervenção da sede nos processos regionais, simplificando aos pareceres técnicos para que eles estejam muito focados nos pontos que precisam ser trabalhados para que não venham demandas externas que incluam aspectos que não fazem parte da competência da Cetesb, isso para nós é fundamental, e aplicando essas questões também a áreas contaminadas.

No próximo slide, vocês vão ver um pouco também de um trabalho que é um trabalho de monitoramento de passagem de fauna. Aqui tem o vídeo? Não, não é? Só o... só passa a imagem.

Nós estamos trabalhando muito nessa construção com os setores no que é necessário implantar nas obras, então, por exemplo, obras de estradas nós já temos modelos de passagens de fauna para serem aplicados. Na Tamoios foi aplicada recentemente uma passagem de fauna que fica na região de Paraibuna e que é considerada a primeira no Brasil com aquelas características. Isso tudo é uma construção com o empreendedor, não é algo que simplesmente o órgão licenciador coloca e aquilo vai ser feito. Você tem que entender qual é a melhor metodologia, como fazer para atender aos objetivos e evitar o quê? O atropelamento de fauna. Então essa

obra tem que acontecer? Tem que acontecer da melhor forma possível do ponto de vista ambiental. Próximo slide. Pode passar o próximo.

A nossa sala de cenários. Nós temos uma sala de cenários na Cetesb que mostra claramente onde aquele empreendimento está situado e que tipo de interface ele tem com áreas de preservação permanente, reserva legal, localização e a nossa ideia, então, essa sala de cenário vai agora passar a ser o e-cenários e possibilitar que ela seja também mais acessada externamente, inclusive pelos empreendedores, de forma que aquele benefício que foi conseguido com, inclusive verbas que vieram de fora, do ponto de vista de pesquisa, de busca de verbas, acho que tem verba de banco, ou do BID, BID nesse caso? Compensação ambiental, que essa sala de cenários, que é um instrumento muito interessante, quem quiser conhecer pode nos procurar e vai ter oportunidade de conhecer, possa ser utilizada mais amplamente, de forma que, inclusive oferecemos ao Ministério Público também para verificação exata do local do empreendimento porque isso facilita muito a verificação de que se aquela área está ou não com interface junto a uma APP, por exemplo.

O próximo slide fala da gestão de áreas contaminadas. Esse é um ponto fundamental porque no Estado nós temos, em especial em uma cidade como São Paulo, áreas contaminadas. Por que nós temos essas áreas? Porque o uso industrial ocorreu, a cidade cresceu, e no início ela tinha muitas atividades industriais na parte central, e nós temos esse processo de remediação de áreas contaminadas, que aquelas áreas possam ser utilizadas para novos empreendimentos.

Então esta é uma área na qual nós tomamos muito cuidado, temos legislação própria, legislação estadual, coisa que no nível federal nós não temos, e este procedimento então é acompanhado a um banco que se identifica com essas áreas contaminadas. Esse banco tem uma tendência de crescer, não porque nós temos mais áreas contaminadas, mas porque quando uma área identificada ela vai para o banco, então nós temos um aumento do banco em função da identificação. A importância disso é a transparência. As pessoas podem acessar o banco e verificar se se trata de uma área contaminada. Agora o dado positivo é que nós temos um aumento de áreas reabilitadas, isso foi o dado positivo deste ano.

Vamos passar rapidamente pela Diretoria de Gestão Corporativa, está aqui o Clayton Paganotto, que é o nosso diretor de gestão corporativa, que vem da área privada e fez um trabalho muito bom já desde o início do ano. Nós tivemos uma redução, uma contenção no montante de 13 milhões desde o início do ano até agora, então esses

valores devem ser revertidos em investimentos. Os dados estão aí, ficam à disposição, não vou entrar nos dados, não temos tempo, eu estou acompanhando aqui meu tempo, mas só para que os senhores tenham conhecimento do trabalho que foi feito.

E no slide seguinte, o nosso sistema de gestão ambiental, que é o ex-Cetesb, no qual nós estamos trabalhando para ter uma maior rastreabilidade, transparência disponibilidade dos dados e também a celeridade. O seguinte é o e-sigor, que também é a ideia de um aplicativo para gestão dos resíduos. Esse aqui é da construção, nós começamos assim da construção civil, mas a ideia é ampliar para outros resíduos e que seja possível acompanhar no celular. Então a pessoa quando tem aqueles resíduos da construção na residência possa verificar para onde ela vai indicar e acompanhar até a destinação. Isso serve também para um uso maior, comercial, industrial, mas para uma pessoa física que queira também acompanhar essa destinação.

E por fim o projeto de melhorias no ambiente do trabalho, que foi um projeto com uma concepção interna com os nossos próprios colaboradores e empregados para verificar que pontos nós poderíamos trabalhar para melhorar internamente o ambiente, porque nós passamos muito tempo no nosso ambiente de trabalho, então esse ambiente tem que ser um ambiente agradável para as pessoas. Então aqui só um exemplo, veio a questão da horta comunitária, que está sendo trabalhada lá internamente.

No próximo, nós estamos com o projecto de locação zero, então readequando as agências para estarem sempre em sedes próprias e eliminar o custo da locação.

Vou passar o próximo direto, porque não dá tempo, senão não vou conseguir falar da outra diretoria. A Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental então tem uma série de programas, mas eu queria focar com vocês este programa de gestão de qualidade do ar, porque foi o programa que nós tivemos a oportunidade de apresentar na semana passada no fórum de governadores em Brasília, estamos oferecendo... ah, desculpa, por favor, o nosso diretor é o Carlos Roberto, por favor, dos Santos.

O Carlos Roberto dirige essa área e desenvolve um trabalho bastante relevante neste tema e nós tivemos a oportunidade de apresentar esse programa então em Brasília, oferecendo para os demais estados, que já estão nos procurando, inclusive, a respeito do tema, porque a qualidade do ar em São Paulo, mesmo com o crescimento da frota de veículos, tem sido uma qualidade cada vez melhor. Por quê? Porque nós temos esse programa desde os anos 70 de monitoramento. Aquelas fotos são tiradas do prédio da Cetesb, dá para perceber a diferença entre elas é justamente em função desses programas.

Vamos passar rapidamente. Próximo aqui não precisa parar, vamos para o próximo, então é uma rede de monitoramento de qualidade do ar. Essa rede, que era manual em 72 e depois passou a ter rede automática em 81, hoje nós temos 89 estações de monitoramento. Vamos passar para o próximo. Qualquer pessoa pode acessar esses dados, é importante saber, entrar no site da Cetesb, então qualquer pessoa, qualquer pessoa, qualquer cidadão pode acessar, saber a qualidade do ar naquele dia, saber se pode ou não praticar esportes em parque, em uma área pública, se é ou não recomendável e nós agora estamos desenvolvendo um aplicativo para também tornar isso mais fácil, mais amigável para as pessoas que hoje usam muito os aplicativos. Pode passar.

Um pouquinho aqui das nossas estações. Pode passar. Aqui um pouco do que nós levamos para Brasília, mostrando o que nós podemos contribuir com os demais estados em termos dessa questão de capacitação, de compartilhamento de dados com os demais estados brasileiros. Pode passar.

Aqui eu não vou parar, mas, enfim, eu acho que vale só lembrar aqui do ponto de vista das emissões veiculares, um dos principais pontos é a questão do diesel. A questão do diesel é problemática, mas o estado de São Paulo é o grande, vamos dizer assim, deu grande a contribuição com o programa ligado ao etanol, então com o programa do etanol desde o início até hoje com o protocolo sucroalcooleiro nós conseguimos chegar a 50% de substituição da frota de uso de gasolina para questão do etanol. Isso é um diferencial gigantesco em termos práticos, então ali para mostrar para vocês o material particulado que é emitido no caso do diesel é tão pequeno que a comparação que é feita ali é um fio de cabelo, vocês estão vendo? E um grão de areia e aquela bolinha azul é uma partícula que a gente chama de PM10, que é maior e nós temos ainda partícula menor, que é a PM2,5, que é a vermelhinha. Então esse tipo de material pode ser inalado pela pessoa e causa um problema de saúde, que afeta mais crianças e idosos, mas também afeta a nossa massa de pessoas que trabalha e que muitas vezes vai deixar de trabalhar em função de problemas de saúde.

Então, ele é um problema ambiental e é um problema de saúde também, por isso que precisa ter esse foco tão grande, não só do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista de saúde e a Cetesb vem acompanhando por todo esse tempo, tem todos os dados e isso nos permite saber o quanto estamos evoluindo neste assunto, mesmo crescendo a frota, conseguimos ter uma qualidade do ar muito melhor, inclusive nós recebemos esta semana um jornalista do “Financial Times” para uma matéria que

está discutindo e comparando cidades de outros países do mundo com a cidade de São Paulo nesse aspecto positivo, que é graças a um trabalho feito no nosso Estado, é importante nós sabermos disso. Pode passar?

Aqui nós temos dados das emissões porque a Cetesb acompanha também o que nós chamamos de fontes estacionárias. Então a Cetesb acompanha as fontes, por exemplo, de setores industriais, isso é um dado importante. Se nós tivermos indústrias que emitem de acordo com seu tipo de produção, isso vai ser acompanhado no licenciamento, nós não vamos ter um licenciamento que desconsidere que, ao licenciar uma atividade, eu não vá poder, por exemplo, licenciar nenhuma outra posteriormente, eu tenho que considerar aquele todo para a região. Então polos cerâmicos são acompanhados porque há uma emissão maior naquela região. Todos esses fatores vão sendo acompanhados dentro do órgão ambiental. Pode passar. Eu estou terminando.

Então aqui um pouco dos planos que nós temos nas fontes, eu não vou parar para passar para vocês. Deixa-me ver se tem mais alguns slides porque eu vi aqui que meu tempo está esgotado.

Acho que pode passar o próximo só para mostrar que nós temos também a escola da Cetesb e essa escola, não sei quantos de vocês conhecem, mas a escola da Cetesb é reconhecida pelo CNPq e forma técnicos não só do Brasil todo, mas também da América Latina. Nós recebemos técnicos de outros países para formação em cursos que são oferecidos no âmbito da Cetesb e esse é um papel fundamental que vem sendo desenvolvido e que nós temos valorizado muito no âmbito desta gestão, de forma que nós possamos continuar contribuindo, por isso que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo hoje tem esse reconhecimento de melhor a agência ambiental da América Latina, resalto que não é pelos seus dirigentes, mas sim pelo trabalho técnico que é realizado, pela relevância desse trabalho técnico, pelos estudos que sempre foram feitos pelos técnicos.

Nós procuramos viabilizar a ida desses técnicos sempre para os melhores centros para capacitação, para que eles continuem atualizados daquilo que há de melhor no mundo em termos de técnica, lembrando que em alguns assuntos nós temos equipamentos que são de última geração, que não existe nada melhor em nenhum outro lugar do mundo, como, por exemplo, no setor de emergências, e é importante frisar isso e acho que assim eu dou para vocês uma ideia do que é a Cetesb hoje, do trabalho que nós fazemos, encaramos de uma forma bastante séria como uma missão deste órgão ambiental do estado de São Paulo e eu me coloco aqui, assim como os nossos dirigentes

presentes, à disposição de todos os senhores para responder a questões e o que não for possível responder nós nos comprometemos, então, a responder posteriormente. Eu agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Obrigado. Agradecer a Patricia aqui pela gentileza para a gente poder avançar aqui no decorrer da nossa reunião. Só para esclarecer, assim como foi com o secretário Penido também, a sugestão é que os deputados tenham cinco minutos para poder fazer os seus questionamentos e logo em seguida a presidente possa fazer a sua resposta.

Já há quatro inscritos. Quero registrar aqui a presença do deputado Sebastião Santos, que também já solicita a sua inscrição. Só para poder fazer a leitura da ordem, na ordem: Bruno Ganem; Adalberto Freitas; Monica, Dirceu; Carlão. Essa é a ordem dos inscritos.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem. Em bloco ou individual?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Fazendo individual, acho que nós estamos com poucos deputados, é possível ir fazendo individual. Só vou pedir, claro, vai depender muito das perguntas, mas se as perguntas forem muito compridas, muito longas isso vai demandar mais tempo para que ela possa responder, então como a gente vai tentar fazer uma reunião produtiva, mas que seja em um tempo factível, para não se prolongar muito, depende muito das perguntas de cada deputado então iniciando com o deputado Bruno Ganem.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Boa tarde a todos, boa tarde, Patrícia, boa tarde ao nosso presidente Caio e deputados. Bom, a minha pergunta é em relação à passagem de fauna, o secretário Penido esteve aqui, a gente conversou também sobre isso. Eu entendo que é muito importante, a senhora comentou da passagem na Tamoios, é muito importante, mas a minha fala é mais no sentido realmente de irmos nessa direção, eu vejo que muitas, praticamente todas as rodovias precisariam ter isso e acabam muitas não tendo, na verdade a maioria não tem e poderia ter. Então eu acho que é um caminho importante, de repente em novas concessões exigir esse tipo de

estrutura, de repente também nas eventuais ampliações de contrato e alterações, enfim, colocar isso como algo contratual.

E ao mesmo tempo o que eu queria também pleitear, eu estive no CRAS Mata Ciliar e esse centro de reabilitação de animais silvestres ele acaba atendendo muitos problemas, muitas ocorrências com animais em rodovias e também fora do ambiente de rodovia, mas muitos de rodovias, mas acaba não tendo a contrapartida, ou seja, muitos municípios, muitas concessionárias utilizam do espaço, é muito importante isso, mas, salvo engano, a única que é parceira, vamos dizer assim, é a CCR, as demais utilizam a estrutura, mas não têm efetivamente uma parceria. Então, no sentido de pensar nessa questão da fauna, que a proteção animal é a minha principal bandeira, buscar realmente, com a força que tem a Cetesb, no sentido de exigir algumas posturas, é que sim, que se pense em proteger essa fauna e que também se dê condições, no caso das ocorrências, para que elas sejam bem atendidas, porque a consequência da Mata Ciliar, eu falo da Mata Ciliar porque, salvo engano, acho que é a única, não sei se do Estado, mas de uma região bem importante e então para que ela possa bem servir nessas ocorrências, então eu queria mais registrar isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Com a palavra então, Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Bem, deputado Bruno, realmente o tema da fauna é um tema muito importante da proteção ambiental sem dúvida, não pode ficar de lado, eu acho que foi um tema talvez que passou por muito tempo, então nós tivemos uma série de obras estruturantes, estruturais que acabaram não tendo esse foco e temos dados que mostram a quantidade de atropelamentos e problemas que de fato ocorrem nas estradas. Esses dados hoje estão disponíveis, existem pesquisas, inclusive no âmbito da Universidade de São Paulo da qual eu faço parte como docente da Faculdade de Direito e o trabalho que os CRAS fazem é fundamental sem dúvida. Eu visitei o CRAS que fica ali junto à sede da EE no Parque do Tietê, eles desempenham um trabalho muito importante e a Cetesb tem se preocupado com esse assunto tanto que nos licenciamentos esse tem sido um grande foco.

Eu o convido, inclusive, deputado, se tiver a oportunidade de fazer uma visita à Cetesb para que nós possamos mostrar o trabalho que está sendo feito atualmente nesse sentido nos licenciamentos. Hoje mesmo na nossa reunião de diretoria foi apresentado

pelo setor como tem sido feito essa construção porque até mesmo as passagens de fauna têm evoluído em termos de tecnologia, então, para ter uma ideia, até com sensor de passagem para se o animal passa ali, acende uma luz para quando a pessoa for passar com o veículo ela diminuir a velocidade para não atropelar, então existem coisas tecnológicas que podem ser exigidas no licenciamento e é importante dizer que até esses aspectos são construídos nesse licenciamento dinâmico, não vêm como uma imposição de um contrato ou de um licenciamento, mas como uma construção conjunta daquilo que é mais interessante pela característica do empreendimento. Então, é por isso que não há uma regra fixa, que tem de ser analisado em cada situação concreta o que vai se adequar melhor e fica o convite para a sua visita para conhecer um pouco mais do que está sendo feito nessa área, já que esta é uma pauta que tem sido trabalhada por Vossa Excelência.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Obrigado. Estarei presente sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Dando continuidade aqui então, o deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Agradeço ao presidente Caio, agradeço à Sra. Secretária Patrícia Iglecias, juntamente com a sua diretoria aqui com a gente. Gostaria de fazer algumas perguntas. Secretária, eu moro há praticamente 50 anos, 49 para 50 anos na região sul, extremo sul de São Paulo na região da represa de Guarapiranga, represa Billings, onde ficam as aldeias indígenas. Lá tem muita área de preservação ambiental, elas são permanentes e eu observei nesses tempos todos aí o avanço que teve na questão de invasões, que teve lá muito esse problema de invasão e acabou comprometendo um pouco lá a região, mas o que eu quero, assim, tocar no assunto é assim: chegou, nós sabemos que todo começo de governo, como está aí o esforço que o governador João Doria tem feito, existe alguma situação que é uma contenção de despesa e de despesas de funcionários e tudo o mais.

A Sabesp e a Cetesb que trabalham juntas, e não sei como está a situação de confirmação de contenção de custos, de gasto com pessoal e tudo o mais. Se houver isso daí, eu queria saber se tem alguma tecnologia que está sendo usada, algum

desenvolvimento que está sendo usado para poder suprir a possível contenção para que não haja problemas no futuro que possam trazer questões ao Meio Ambiente.

A gente sabe que existe hoje drones, satélites que podem nos auxiliar e podem realmente não depender muito da questão humana em si em monitoramento. Eu falo isso porque eu sou CEO e fundador de uma empresa que desenvolve software para empresas de tecnologia e a gente sabe que nós estamos trabalhando, a gente trabalha com uma ideia, daqui a pouco vem outra ideia diferente, vem outra e vem outra e acabou nos ajudando e essa é a pergunta, a questão do futuro, se tem alguma tecnologia e agradecer pelo trabalho que a Cetesb faz, acompanho muito, vocês estão de parabéns pelo que vocês fazem. Há algumas empresas aqui em São Paulo que nos dão orgulho e a Cetesb, Sabesp que muito me mergulho, que são essenciais na nossa vida, sobrevivência. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Bem, eu agradeço as colocações do deputado Adalberto Freitas e de fato nós temos que estar atentos às novas tecnologias, atentos às novas tecnologias, elas contribuem, na verdade, para o nosso trabalho.

Em termos de contingenciamento de valores para servidores, no caso da Cetesb nós não temos esse fator porque os nossos servidores são concursados, então nós não tivemos uma diminuição de técnicos nas agências, enfim, nós temos o mesmo número de pessoas, mas sempre esse número de pessoas tem que ser visto como um modelo de gestão, estratégia de gestão, então nesse sentido nós trabalhamos para ter a melhor gestão possível é claro que a tecnologia ajuda, então, por exemplo, a questão do uso dos tablets, que foi uma preocupação nossa, porque quando você tem um licenciamento informatizado, no caso do VR, e-ambiente, melhor dizendo, o que que acontecia?

A pessoa vem, ela pode trazer a documentação eletrônica, mas o técnico, quando tinha que fazer qualquer coisa, precisaria dos documentos, então muitas vezes ele acabava tendo que recorrer a pedir os documentos, e, claro, eu mesma passei por isso, porque até outro dia eu estava do outro lado, então advogando e sabendo que você muitas vezes tem que levar ali o documento para facilitar, então a nossa preocupação era ter os tablets para que isso facilite, para que os técnicos pudessem também utilizar esse recurso de uma forma, vamos dizer assim, eletrônica e não impressa. Então quando você cria um sistema eletrônico, você percebe que os efeitos vão sendo em vários setores e se não trabalhar para atender a tudo isso, acaba ficando uma falha, então nós

estamos trabalhando nesse sentido dos tablets neste momento sem uma redução, vamos dizer assim, do número de técnicos que vão a campo e que fazem essas análises.

Agora, é claro que, aos poucos, nós temos também aposentadorias, temos uma mudança em função disso, que é um quadro normal, em algum momento nós vamos precisar pensar em como fazer essa reposição de quadros, é uma outra história, mas não por conta de qualquer contenção ou redução que tenha havido nesse momento porque não houve.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Está ótimo. Agradeço pela resposta e cumprimento os demais deputados que acabei esquecendo de cumprimentar. Agradeço ao presidente e também igualmente ao Ganem gostaria de conhecer lá as instalações.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Ah, ótimo. Nós podemos agendar, inclusive para conhecer o e-cenários, se for interesse da Comissão, talvez um dia para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Vamos organizar.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Isso, e aí mostrar o e-cenários porque é muito interessante realmente verificar como funciona ali, é um sistema fantástico que você consegue de fato olhar exatamente a localização do empreendimento e todas as interfaces que ele pode ter com as áreas de preservação não só do verde, mas de curso d'água, enfim, fica muito mais fácil para identificar a situação daquele empreendimento.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Perfeito, vou pedir para esta assessoria, assessoria nossa depois fazer contato para deixar uma agenda para que os deputados possam fazer isso em conjunto.

Continuar aqui, deputada Monica da Bancada Ativista.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Boa tarde a todos, boa tarde, secretária. Muito prazer, muito obrigada por ter vindo. Tenho uma série de perguntas aqui relativas a metas, planejamentos, elaborações, influência na elaboração de políticas públicas. Primeiro eu queria perguntar, Caio, se a gente pode ter cópia da

apresentação, eu gostaria muito de ver com calma a diminuição de custos que foi passada rapidamente, então se a gente puder ter com calma...

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Já vai ficar à disposição a partir de hoje à tarde já. Já vai enviar para todos os deputados, fica mais fácil, todos vão ter acesso.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Está bom e aí depois eu gostaria de aproveitar a secretária aqui para beber um pouco da fonte de conhecimento se vocês tiverem. Por exemplo, gostaria de conhecer o índice de qualidade de ar, o índice de qualidade da água, de poluição da água e rios, se vocês tiverem. A gente perguntou isso para o secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura, mas se você tiver, eu também gostaria de conhecer.

Eu acredito que a compostagem é uma excelente política que deve ser incentivada para a gente vencer a sobrecarga de resíduos sólidos e a gente tem o limite de 100 quilos, é isso? Para dispensar o licenciamento ambiental, tem muita gente que luta para que aumente esse índice para 500 quilos. Eu queria também saber a posição da Cetesb sobre isso, porque isso ajudaria, por exemplo, shoppings, escolas a poderem compostar.

Eu queria também saber como é que está o planejamento de proteção de nascentes em áreas urbanas e se vocês têm metas diretrizes e planos para convivência de áreas de mananciais e de nascentes para moradia, a gente sabe que isso aumenta não só enchentes, alagamentos, mas também coloca a vida das pessoas em risco, como é que está?

Se também existe um plano para recuperação de nascentes e de, como eu vou chamar?, de descanalização, porque, por exemplo, a cidade de São Paulo está em cima de um monte de rios e isso também colabora muito para as enchentes e alagamentos por aqui, então a gente enfrenta um grande problema, e aí já diagnosticando, mas também aprovei a senhora e sua opinião e como vocês olham para a Cetesb, a gente tem um grande problema de abastecimento de água no Estado, ele ainda existe, a gente não superou, por um outro lado a gente tem rios que atravessam, o Tietê, atravessam a minha cidade, que não tem água, completamente poluído, e a gente tem outros tantos rios que a gente não conhece que estão sob a cidade, então eu queria ouvir um pouquinho a Cetesb sobre isso.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Pode, se quiser o diretor, algum outro diretor quiser usar o microfone, pode ficar à vontade.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Eu vou pedir para o Aruntho falar sobre os dados específicos da compostagem é daí eu respondi as outras questões gerais.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO - Boa tarde a todos. A questão da compostagem evidentemente é uma das formas de tratamento de uma parte dos resíduos, dos resíduos dos orgânicos. Ela é de fato adequada para o tratamento de parte dos resíduos. Tanto que a gente tem algumas unidades de compostagem, de tratamento de resíduo orgânico por esse método da compostagem, já licenciadas já em operação no Estado, inclusive no município de São Paulo.

Sobre a questão do licenciamento que V. Exa. mencionou, não são 100 quilos, há um limite de volume de resíduos para a definição do tipo de licenciamento. Todos os sistemas de tratamento e disposição final de resíduos são licenciados pela Cetesb, entretanto há uma linha divisória do tipo de licenciamento em função do volume diário de resíduos. Aqueles equipamentos que recebem até 100 toneladas de resíduos são dispensados de estudos de impacto, os conhecidos EIA/RIMA, e aqueles empreendimentos que são destinados à recepção e tratamento de resíduos até 100 toneladas ficam submetidos ao licenciamento sem o prévio desenvolvimento de estudos de impacto ambiental.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Do ponto de vista de opinião e de desenvolvimento de políticas públicas, a gente recebe uma série de informações de que se a gente aumentasse um pouco essa pesagem, a gente ia acabar incentivando a prática da compostagem. Então a pergunta fica meio sobre o que vocês acham sobre isso, se vocês defendem que esse peso mesmo está o.k.

O SR. ARUNTHO SAVASTANO NETO - Não, aí não há relação entre essa metodologia para o licenciamento e a tecnologia para o tratamento de resíduos. A compostagem é adequada para o tratamento de determinados tipos de resíduos independente da quantidade, se a quantidade exceder as 100 toneladas, o licenciamento

precisa ser instruído com um documento de análise de impacto, se estiver limitado a até 100 toneladas, ele fica dispensado da apresentação deste estudo de impacto.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - O Domenico acho que também quer fazer uma contribuição. Enquanto o Domenico vem, ou pode usar ali... eu só queria colocar aqui que a questão é verificar o impacto da atividade, porque o estudo prévio de impacto ambiental entra nessa ideia de que é preciso verificar se o meio ambiente onde eu vou desenvolver essa atividade tem condição de absorver o impacto daquela atividade, então essa nota de corte é muito mais porque se eu passar de uma determinada quantidade, eu posso ter um impacto que talvez não seja absorvido pelo meio e é nesse sentido que eu vou então precisar de um estudo mais detalhado, então isso passa por uma questão de cuidado com o Meio Ambiente e as próprias pessoas porque envolve a saúde, do ponto de vista ambiental é do ponto de vista das pessoas. Domenico, por favor.

O SR. DOMENICO TREMAROLI - Deputada Monica. Eu entendi a pergunta da deputada, ela é um pouquinho diferente do que... o Aruntho explicou o licenciamento de unidades para tratamento de resíduos como um todo, a sua abordagem é especificamente para compostagem. Esta demanda já está na casa, está lá na nossa diretoria. Existe um procedimento de dispensa para pequenos volumes para compostagem e nós estamos revendo esses limites porque há um entendimento de que o limite realmente é muito baixo e nós poderíamos facilitar a vida dos pequenos geradores de resíduos orgânicos para praticarem a compostagem. Isso está lá na casa e está sendo tratado na nossa diretoria, na área de procedimentos e o cenário para isso é positivo. O.k?

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - E esse limite está nesse patamar dos 100...?

O SR. DOMENICO TREMAROLI - Exatamente.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Então essa é a questão. Até depois se quiser conversar, acho que vale a pena, já que é uma pauta que está sendo trabalhada diretamente pela deputada.

Aí completando o que foi colocado, bem, enquanto aos índices, deputada, de qualidade do ar e qualidade da água, nós estamos com um relatório saindo agora, então

nós podemos encaminhar o relatório que tem todos os dados detalhadamente e vou também encaminhar o relatório aos senhores com os dados da gestão de resíduos também, então com isso os senhores já terão todos os dados completos de tudo que nós tivemos até 2018 e fica mais fácil de consultar, enfim, Quando as pessoas também trazem demandas, saber se de fato é aquilo ou não, acho que é importante para que os senhores tenham e mesmo assim ficamos à disposição lá para eventuais outras dúvidas.

Em relação às nascentes, claro, o estado de São Paulo é um Estado sensível do ponto de vista hídrico, nós já passamos por essa questão em 2014/2015, inclusive quando eu fui secretária tive a oportunidade de fazer o desenho do Programa Nascentes à época, esse programa que está em curso até hoje e foi um programa sem uso de recursos públicos, então nós criamos os bancos, o banco de devedores de compensação e o banco de proprietários que poderiam ter interesse em restaurar as matas ciliares e, enfim, todas as matas no entorno de cursos d'água.

Esse desenho feito no início de 2015 permitiu que hoje nós tenhamos mais de 23 milhões de mudas plantadas no estado de São Paulo sem usar nenhum recurso público. Então, é um programa muito positivo, por quê? Porque também São Paulo não usa conceito de reflorestamento, São Paulo só usa conceito de restauração ecológica, então quando você tem uma obrigação para cumprir, tem que cumprir até o final, tem que atingir os resultados de acordo com os períodos, de acordo com os anos, não pode simplesmente plantar e ponto, porque nós sabemos que muito é muito difícil fazer a restauração atingir os propósitos. Muitas vezes planta, mas depois tem as pragas, tem os problemas que vão acontecendo e não atinge, então tem que acompanhar, daí porque nós estamos sim em um Estado que é sensível, mas, por outro lado, nós temos que entender que as áreas urbanas, quando elas foram urbanizadas, em algumas regiões nós tivemos uma, vamos dizer, perda de função ambiental para alguns locais que antes teriam uma determinada característica.

Então, a Cetesb chegou a reconhecer isso em algumas situações e nós não podemos dizer que agora nós vamos, por exemplo, tirar um empreendimento que lá à época atendia a um requisito legal para trazer de volta aquela situação original, porque se nós fôssemos agir dessa forma nós teríamos que falar: qual a nossa nota de corte? Nós vamos voltar para o Brasil 1500?, mas nós nem sabemos exatamente como seria, então nós precisamos considerar sempre qual a legislação aplicável no momento daquele empreendimento, por exemplo, recentemente nós recebemos uma demanda da Universidade de São Paulo com o questionamento da raia olímpica e se haveria uma

APP no entorno da raia que prejudicasse determinadas obras que estão sendo feitas ali, quando, na verdade, aquela característica que se estabeleceu ali se estabeleceu antes dos próprios regramentos que surgiram, então não há ali uma APP no entorno e foi necessário um parecer da Cetesb nesse sentido, então nós precisamos tomar muito cuidado para sempre atuar dentro de um critério de segurança jurídica, por quê?

Porque quando nós temos uma lei que não é adequada... bom, eu não preciso dizer isso aos senhores, que são os grandes especialistas na questão legal e legislativa, mas, assim, o importante é que a lei traz a nossa segurança jurídica, então nós temos que trabalhar sempre em respeito à lei e se a lei não está em conformidade, nós temos que trabalhar na alteração da norma, mas nós não podemos fazer desvios pensando, mesmo na questão ambiental, que nos é tão cara, e, claro, quem me conhece sabe que eu trabalho há 30 anos nessa pauta, então eu realmente tenho uma preocupação com esse assunto, mas a lei é a nossa segurança jurídica, nós não podemos criar, assim, caminhos tortos nem a favor do Meio Ambiente e nem contra, porque se nós caminhamos a favor, alguém, em algum momento, caminha contra, então o ideal é estarmos sempre atentos ao que está na norma e aí, claro, os senhores aqui com esse papel tão importante, que é exatamente a questão da lei, é dar essa segurança jurídica para aplicabilidade.

Então o órgão ambiental fica restrito ao que nós temos nas normas, ao momento histórico da emissão daquela licença para que nós, de fato, tenhamos também a segurança jurídica para que não haja distorções, por assim dizer, porque enquanto alguns tentam aplicar de uma forma melhor para o Meio Ambiente hoje, no nosso quadro atual, muitos fazem o contrário, tentam retroceder as questões, por isso que nós vamos ficar um pouco assim limitados nesse tema ainda.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Dando continuidade então, passo a palavra para o deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Saudar aqui o presidente Caio França, saudar aqui os deputados Adalberto Freitas; Bruno Ganem, Monica da Bancada Ativista, saudar a secretária Patrícia Iglecias, parabéns pela sua palestra. Tenho alguns questionamentos aqui simples. Com essas dificuldades que ainda temos no Estado na questão do tratamento de esgoto, também a questão que a senhora falou de aterros, quantos aterros estão sendo fechados ou já liberados para se adequar outros empreendimentos locais, exemplo, a liberação de investimento de energia renovável,

nós tivemos aí por parte do secretário Penido, é que há uma intenção do Estado desenvolver isso, eu já estou desenvolvendo isso. Eu estou com dois bilhões de dólares para investimento no estado de São Paulo justamente em aterros.

Outra coisa também, as análises de água dos rios, eu que estou em uma área de 375 cidades do Estado, teve voto em 509 municípios, dos quais 375 eu participo. Está lá no noroeste, no oeste e centro oeste e nós temos, eu como pescador e também como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca no estado de São Paulo, a pesca e agricultura, nós estamos tendo várias dificuldades e aí fica aquele jogo de empurra-empurra, o culpado é esse, o culpado é aquele, mas, por mais que eu tenha buscado informações de que realmente fazer uma análise de culpados, nós não temos um conhecimento se é por causa realmente dos aviões, que lançam pesticidas de forma errada ou que a chuva lava esse pesticida e leva para o rio, mas uma coisa é certa: quando a gente vai ver uma análise para se colocar um tanque-rede em um rio, esse rio já está com a análise já, principalmente de potássio ou alguma coisa pesada, acima dos níveis para que eu possa produzir peixe sem ter um peixe lá sendo produzido e nós temos uma mortalidade de peixes nativos, exemplo disso nós tivemos lá na cidade Sabino, como está hoje a análise da água da cidade de Sabino já que quando estive lá a água era imprópria até para banho?

Então, eu agradeço e parablenizo essa bela explanação que a senhora aqui nos trouxe.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Sim. Bem, eu agradeço, deputado Sebastião Santos, é um prazer revê-lo, tive a oportunidade de estar com o senhor algumas vezes à época da secretaria e, de fato, V. Exa. traz aqui temas que são muito relevantes, nós temos enfrentado esse problema na região de Sabino e isso nos alertou para uma necessidade de um trabalho muito focado naquela região, inclusive o secretário do Meio Ambiente, de Infraestrutura e Meio Ambiente Marcos Penido formou um grupo entre áreas diferentes da secretaria para dar uma atenção para aquela região, justamente por conta dos episódios que vêm ocorrendo, então eu pediria ao Falco, assistente da presidência, que falasse um pouco desse trabalho que está sendo feito, já que esse tema é um tema que afeta a atividade da pesca na região, então afeta uma atividade econômica e afeta questões ambientais e questões de saúde, então há uma preocupação por parte da secretaria, em especial do secretário, para que haja uma resposta bastante direta e objetiva para esse problema que é um problema real e tem sido recorrente desde

o início do ano não somente no município de Sabino, mas em outros municípios da mesma região, então, Falco, se você puder colocar...

O SR. ANTONIO FALCO JUNIOR - Boa tarde, deputado Sebastião, é muito atuante no meu Município de Novo Horizonte, na região de São José do Rio Preto, meu amigo querido. É importante só ressaltar porque, inclusive, esses acontecimentos iniciaram-se no município de Novo Horizonte depois passaram pelo município de Sales, e toda aquela região ali, Nova Aliança é chegando a Sabino e até o final abaixo de Araçatuba.

A Cetesb tem feito os seus monitoramentos periódicos ampliando-se pontos de monitoramento pela diretoria do nosso diretor, o Carlos, então novos pontos de monitoramento estão sendo elaborados e, como a Dr. Patrícia falou, esse assunto é tão de relevância que o secretário montou um grupo de estudos para que isso seja levantado. Desse grupo fazem parte Sabesp, Cetesb, secretaria da Agricultura, como o senhor propriamente falou a respeito inclusive na aplicação de agrotóxico, que não cabe à Cetesb neste aspecto, então ressaltar que cabe à secretaria da Agricultura e que a secretaria da Agricultura está sendo chamada para isso é nesses aspectos poder levantar todas as informações com todos os dados das nossas análises para que a gente possa chegar em um denominador comum para saber quais os efeitos que estão sendo causados principalmente para essa atividade do pescador.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Eu pediria também se o diretor Carlos quiser fazer um complemento, em especial uma questão climática com que nós nos deparamos e que tem uma influência grande aí nesse tema.

O SR. CARLOS ROBERTO DOS SANTOS - Obrigado, presidente. Boa tarde, presidente deputado Caio França, demais deputados e senhoras e senhores. É pouco a complementar, mas é só uma questão técnica, deputado Sebastião, que esse evento exclusivo de Sabino é recorrente, como a presidente acabou de falar, foi criado um grupo de estudo, um grupo de estudo para um estudo rápido e propor ações para evitar esse tipo de coisa a partir dos próximos episódios. Particularmente esse caso de Sabino passou por duas questões, não só a questão do uso do agrotóxico foi pesquisada, inclusive a Cetesb investiu nessa região em um novo laboratório que fica situado em

Marília para estudar e desenvolver análises desse tipo de composto, que é o composto orgânico.

E teve a questão da situação climática que a presidente bem falou que é um fenômeno denominado de desestratificação térmica, isso não é culpa da natureza, não é nada disso, apenas uma queda brusca de temperatura que ocorreu e isso faz com que as camadas de fundo do reservatório do rio se movimentar e você gera um consumo desacerbado de oxigênio dissolvido e no caso dos tanques-rede os peixes infelizmente, por estarem confinados, não tiveram por onde fugir e aí tanto é que se percebeu que no entorno, nos leitos dos rios em outros locais não houve mortandade desses peixes, então também a Cetesb iniciou um processo de orientação, e o Falco capitaneou isso lá pela presidência, de orientação aos pescadores na composição e na confecção desses tanques-rede.

Isso daí foi iniciado agora e isso também é muito importante porque às vezes o corpo d'água está em uma capacidade de assimilação tão no limiar que qualquer comida que é atribuída ao peixe, uma ração, qualquer coisa assim, faz com que suba essa concentração de matéria orgânica e também provoca mortandade. Então todas as ações foram iniciadas, de forma organizada obviamente, e entendemos e acreditamos e cremos que elas serão rápidas e com a participação daquela pessoa que entende do assunto, que é o próprio produtor, porque temos aí um respeito muito grande por esse setor também.

Por derradeiro, gostaria de comentar também que essa questão da aquicultura é algo que é normatizado, está sendo discutida uma adequação nessa normativa, justamente para orientar o processo de licenciamento, o processo de licenciamento da aquicultura é algo importante principalmente dos grandes empreendedores e esse caso que ocorreu em Sabino foi justamente o caso de mortandade de uma grande quantidade de peixe, de tanques-rede grandes, salvo engano, 850 metros lineares desse tipo de empreendimento e causou-nos um transtorno muito grande, além de afetar a economia do local. Obrigado.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Eu pediria para a diretora Zuleica acrescentar a questão dos dados dos aterros, em termos de números e aí depois eu vou falar um pouco da questão de geração de energia a partir dos aterros.

A SRA. ZULEICA MARIA DE LISBOA PERES - Neste ano de 2019 nós interditamos cinco aterros. A gente tem todo um acompanhamento, para interditar um

aterro, a gente vai ao Município, conversa faz primeiro um trabalho de orientação, depois a gente volta de novo de um prazo, a gente faz inspeções em aterros de três em três meses, então são quatro vezes ao ano que a gente volta a essas unidades. Mais ou menos nós temos 365 aterros no estado de São Paulo, entre particulares e que são dos municípios, há os aterros em vale, e há os particulares também, que a gente inspeciona também.

Para a gente chegar em uma interdição, passa por todo um processo de advertência, a primeira multa, a segunda multa, terceira multa e finalmente a interdição. Sempre este ano com orientação da Dr. Patrícia a gente já mandou uma carta no começo do ano a todos os municípios falando que os seus aterros, o tempo de vida útil dos aterros, que é um outro trabalho, já mostrando para o prefeito que daqui, nós temos de zero a dois anos, de dois a cinco anos e mais de cinco anos.

Quando a gente sinaliza que um aterro tem vida útil até dois anos, a Prefeitura, o empreendedor tem que correr atrás porque esse licenciamento demora um pouco, por quê que demora um pouco? Hoje, pela legislação ambiental, pelas características da região, está cada vez mais difícil licenciar um aterro, o que é bom por um lado, porque a gente vai ter que diminuir a quantidade de resíduos que a gente está enterrando e aí vem a nossa outra estratégia.

O secretário criou um grupo específico com relação aos resíduos sólidos, nós lá na Cetesb estamos com algumas tarefas, as novas tecnologias, nós estamos fazendo o quê? Desses 365 aterros, nós estamos levantando duas regiões do Estado mais para o oeste, vendo situações de aterros que já acabaram a sua vida útil para gente poder utilizar ou fazer alguma outra alternativa tecnológica, não dá para a gente sair fazendo isso pelo Estado inteiro, a gente tem que olhar, então a gente está olhando esse pedaço do Estado, fazendo este levantamento de áreas que são possíveis, vamos dizer, a gente orientar uma nova tecnologia.

Eu vou completar dizendo que a própria presidente tem ido em várias reuniões no interior com a questão dos consórcios, regionalização porque a gente também já vislumbra um problema. Hoje isoladamente você não vai resolver quando você pensa em novas tecnologias, porque você precisa de uma razoável quantidade, a própria coleta seletiva é mais efetiva e a própria compostagem também. Para municípios pequenos, tudo isso fica muito caro, essa separação, você fazer um investimento para cada uma dessas alternativas, fora tudo isso ainda esqueci a reforma do banheiro da sala que a

gente tem, que é o resíduo da construção civil, que hoje é um dos maiores problemas que a gente também está enfrentando.

Então isso tudo está pensado regionalmente, a gente pode fazer uma reutilização melhor desse resíduo e colocar em um aterro só o que não é reaproveitado, que a lei nacional já diz, a gente só deve colocar mais ou menos só o inerte, o que não pode ser reutilizado.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Então, deputado, só concluindo, a ideia é ter realmente a inovação, na verdade, ter a inovação em termos de tecnologia é isso que está sendo trabalhado, o investimento que o senhor tem trabalho rural para trazer é importante, porque o aterro em si deveria ser uma alternativa realmente não para, como nós fazemos hoje, levamos tudo para aterro, isso entra um pouco na política da logística reversa, que é algo também que o estado de São Paulo é pioneiro e é o único Estado no Brasil que só renova as licenças das indústrias que estejam, e das empresas melhor dizendo, que estejam fazendo logística reversa.

Temos uma resolução, a resolução 45 e depois a decisão da diretoria da Cetesb, então há uma lógica que nós já aplicamos aqui no estado de São Paulo, mas ficamos à disposição depois para conversar mais sobre esse tema também, deputado, porque acho que para nós é um foco muito importante e quando um aterro é interditado também há uma comunicação ao Ministério Público, para que ele fique ciente daquela situação medidas que eventualmente possam ser tomadas posteriormente em função dessa situação. Acho que são esses os principais pontos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Só queria, pela ordem, Sr. Presidente, fazer um pedido aqui, que fosse me enviado, eu fiz um pedido para que me fosse enviada a análise desde o primeiro acidente que houve lá no noroeste e até agora eu não tive posse, mesmo sendo por um requerimento desses laudos, então muitas vezes o prefeito lá do meu partido diz: “deputado, cadê a análise? O que é que eu faço?”. Entende? Então, se fosse possível nos enviar a análise que foi feita desde o primeiro incidente até agora. Nós estamos tendo um incidente muito grande, eu tenho olhado isso de perto em Adolfo.

Em Adolfo nós temos uma situação que eu ainda eu desconheço o que é que está acontecendo, mas nós temos um crescimento dos peixes acima do normal no Estado inteiro, entende? E nós não sabemos por que, entende? Não sabemos por que. Nós

sabemos que lá existe muitas vezes o esverdeamento em várias fases do ano, mas isso não está interferindo na fauna nem na flora, então é alguma coisa que existe lá naquela região e vemos também denúncias de algumas barragens infelizmente triturando ali o... estava acima da camada do rio, as algas também foram... nós temos depoimentos de que foram trituradas em algum lugar, aguapé e isso está indo rio abaixo, mas nós precisamos pegar isso in loco, então nós estamos com os drones a postos para que quando um pescador nos der esse... “oh, está acontecendo”, a gente vai lá com o drone, porque já que a gente não pode entrar na usina, nós vamos passar com o drone, vamos pegar realmente isso in loco e vamos trazer isso a público.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Certo, deputado, nós respondemos vários requerimentos sobre questões dos laudos, mas nós não temos aqui de cabeça se foram enviados especificamente à V. Exa., mas nós vamos e reencaminhamos, se for o caso, ou enviamos se eles não foram enviados, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Para conclui então, eu farei aqui três questionamentos, presidente.

O primeiro deles é relacionado à questão da cava subaquática, um tema que tem gerado bastante polêmica recentemente, há um projeto aqui nesta Casa restringindo, proibindo esse método, agora no Congresso Nacional da mesma forma. Eu queria saber a opinião da Cetesb que licenciou a cava e recentemente saiu uma matéria no jornal A Tribuna dizendo que existe por parte da Comgás o interesse em fazer novos dutos naquele mesmo trecho do canal Piaçaguera para que possa passar gases naquele trecho. Parece que há já um alvará, uma licença prévia concedida pela Cetesb, eu queria essa confirmação, se isso realmente existe, mas que o próprio licenciador parece que disse, não sei se o senhor, que isso trará prejuízos às comunidades ribeirinhas, em especial aos pescadores, questionamento número um,

Questionamento dois: eu falo bastante com os secretários municipais de Meio Ambiente e uma das pautas é que existe em algumas vezes uma certa demora más decisões de competência dos licenciamentos, se isso tem que vir para São Paulo ou se as agências regionais podem regular ou não? Eu queria saber se existe algum rol, um rol taxativo de quais tipos de licenciamento que são daqui ou que podem passar pelas agências reguladoras regionais e se esse prazo de fato existe sobre competências de decisão.

E por último, a senhora falou um pouco aqui... há um estudo feito pela AGEM, que é a Agência Metropolitana da Baixada Santista, sobre a questão dos resíduos sólidos e a gente detectou que 30% do que é depositado no aterro Sítio das Neves, lá que é o principal aterro da Baixada Santista, advém de embalagens, de plástico e aí cai na questão da logística reversa. Eu queria entender, a senhora falou já, mas eu queria ainda mais explicações se a Cetesb tem colaborado, no sentido de dificultar ou de só liberar o alvará sem a empresa se comprometer a fazer fins, em especial na questão do plástico, que é o que me preocupa em especial.

Então, obrigada, deputado Caio França, acho que é uma oportunidade de esclarecer esses temas. Em relação à cava subaquática, é importante colocar aos senhores que foi um licenciamento bastante extenso em termos de tempo e em termos de cuidado do ponto de vista ambiental, inclusive esse licenciamento, até por uma questão técnica de que nós não tínhamos um outro licenciamento semelhante aqui no Brasil, passou por uma consulta à EPA, que é na verdade a agência ambiental americana, então foi levada à agência ambiental americana para que se verificasse, porque lá é muito comum se licenciar esse tipo de colocação.

Vejam, os resíduos ali não são resíduos perigosos, eles são resíduos da própria necessidade de desassoreamento, se eu falar alguma coisa errada aqui o diretor me ajuda a corrigir, e, enfim, os resíduos são dali, mas são necessários para que os navios possam, na verdade, passar, então com o tempo vai sendo necessário fazer isso e a Baixada é uma região que não tem locais propícios para você retirar e levar para um outro local, então por isso à época foram apresentadas alternativas locais e se entendeu que aquela seria a melhor alternativa.

Consultou-se, então, o órgão norte-americano do ponto de vista técnico é, pasmem os senhores, as exigências que foram feitas aqui no Brasil superam as exigências feitas nos Estados Unidos, então quando eles licenciam lá obras desse tipo, e o fazem muitas vezes e é muito comum, as exigências são menores do que as nossas aqui no caso da cava.

Então essa cava hoje está em uma fase final já de fechamento e com a parte superior nós vamos ter então uma colocação já de areia, que vai fazer a sedimentação e com isso a própria fauna e avifauna local volta a habitar aquele local, então ele tem também uma característica que não é comum em questão de gestão de resíduos que é você conseguir trazer a condição ambiental anterior ao próprio licenciamento daquela gestão de resíduos. Então, assim, é importante entender que tecnicamente falando tem

uma característica de muita segurança do ponto de vista do projeto e que foram estudadas outras alternativas e essa alternativa foi à época entendida como a melhor alternativa técnica, respaldada por um outro órgão ambiental fora do Brasil. Continuará hoje, em uma nova análise, sendo considerada como melhor alternativa, então por isso foi feito daquela forma.

Então, assim, também houve questionamentos de “olha, poderia um navio bater e, enfim, romper e coisas do gênero?”. Não, porque há uma questão entre o local em que está a cava e o local onde o navio passe, ele não tem como chegar àquele local por uma questão de profundidade, de calado dos navios, ele não consegue atingir o local da cava, então há características próprias do empreendimento que trazem uma segurança muito grande em relação a esse empreendimento. Não sei se mais alguma coisa que poderia ser acrescentada? Então acho que, assim, esclarecendo um pouco desse empreendimento.

Em relação ao empreendimento da Comgás, por favor.

O SR. DOMENICO TREMAROLI - Em relação ao empreendimento da Comgás, nós fomos questionados lá pela imprensa lá da Baixada e prestamos esclarecimento. Na verdade, foi emitida uma licença prévia para uma unidade que vai receber o gás natural liquefeito e ela transforma, ela volta a gaseificar esse gás, que vem liquefeito, e repassa para o continente em estado gasoso. Então é uma operação que deve ser realizada naquele contexto do estuário de Santos e todo o canal ali de Piaçaguera.

Nos estudos de impacto ambiental, são necessárias abordagens sobre todos os meios que essa atividade possa afetar no lugar e um deles a ser considerado sempre que há uma intervenção na região que é o seu impacto na comunidade do local, seja para a pesca, seja para a navegação, seja para os outros empreendimentos que coabitam naquela região, e dessa forma nós exigimos que sejam apresentados para essa vertente como que isso pode interferir e quais os programas que a empresa vai adotar para administrar este aspecto, então isso que foi exigido na fase de licença prévia. Tudo o que acontece ali, até a própria movimentação de navios, interfere na comunidade pesqueira, então o objetivo de tratar isso é que sejam preservados no licenciamento ambiental os interesses e a economia pesqueira dessa comunidade que vive naquele território. Então é entender direito como que essa atividade pode interferir e como têm que ser mitigadas essas interferências. É isso que existe, é por isso que a gente solicita,

na fase de licenciamento prévio, para a etapa seguinte este detalhamento, então quando vier o detalhamento dessa instalação, isso tudo vai ser tratado amiúde, a gente vai poder conhecer melhor.

E os nossos processos, como já foi citado aqui anteriormente, hoje nós trabalhamos em meio eletrônico. A sala de cenários ainda não está disponível para a população em geral, mas lá dentro nós temos todos esses empreendimentos, os dados... ela é muito bacana por causa disso, os senhores terão a oportunidade de conhecer, mas os nossos processos também são, esses processos eletrônicos, estão disponíveis a todo cidadão mediante solicitação expressa no site da Cetesb. Eles são disponibilizados para vista durante algum período. Então todos os detalhes desse processo Comgás estão disponíveis e nós vamos estar sempre à disposição para poder esclarecer. Já passou a etapa de audiência pública, mas a nossa fase de esclarecimentos e colhermos preocupações ainda permanece, porque a empresa ainda nem sequer solicitou a licença para instalação, então nesta etapa até concluir o processo de licenciamento da instalação é uma etapa ainda que permite contribuições.

Tudo que vem de preocupação e abordagens sobre o tema ao processo contribui para que o nosso documento seja melhor elaborado e possa respeitar todas as nuances ambientais que envolvem esse projeto.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Acho que é importante colocar esses aspectos, deputado Caio, porque, de fato, se houver alguma questão que possa ser trazida é importante trazer nessa fase. Exatamente nessa fase.

E por fim a questão da logística reversa, aqui também é um ponto bastante relevante de aplicabilidade da lei de resíduos sólidos, que é de 2010, em conjunto com a lei de saneamento, que é de 2007, então esse questionamento tem sido feito pelos municípios de uma forma geral porque em algum momento houve uma certa interpretação inadequada eu diria, enfim, da própria lei de resíduos sólidos como se ela substituísse aquilo que está na lei de saneamento. Então o Município praticamente não teria aquela responsabilidade e aí os municípios passaram a pensar “bom, se nós recolhemos embalagens e temos embalagens no aterro então as empresas é que têm que pagar esse custo”. Só que em termos práticos, a própria lei de resíduos sólidos determina que a sua aplicabilidade se dê em conjunto com a lei de saneamento, então ela não só não revoga a lei de saneamento como ela determina a expressamente a aplicação de ambas.

Daí nós vamos ter o seguinte efeito prático: que a logística reversa entra como um sistema paralelo à própria gestão de resíduos que os municípios já fazem. Então qual é a ideia desta nova lei? Que quanto mais eficiente for um sistema de logística reversa, aos poucos vai reduzindo o volume de embalagens que vai para o aterro, mas não que automaticamente eu elimino aquela quantidade de embalagens ou que eu posso fazer uma conta de quanto há de embalagens no aterro e repassar ao setor privado. Por que que nós temos isso em termos práticos? Porque também a lei de resíduos abre ao consumidor, como uma das figuras responsáveis pelos resíduos, a possibilidade de colocar o resíduo em um PEV, em um ponto de entrega voluntária, que estaria no sistema de logística reversa, ou separar para a coleta do Município, então o próprio consumidor não é hoje obrigado a levar em um ponto que trabalha com logística reversa, ele ainda pode utilizar o sistema do Município.

Então nós temos desafios muito grandes para ter a logística reversa dentro daquilo que nós de fato queremos como um sistema bastante eficiente que supra toda essa questão das embalagens da forma devida, por isso que no caso do estado de São Paulo nós vislumbramos já em 2015, quando eu era secretária, essa ideia de que nós teríamos que vincular a renovação das licenças, foi daí que saiu aquela resolução 45 falando “olha, espera aí, se você quer continuar trabalhando aqui em São Paulo, comece a fazer a sua logística reversa”. Não quer dizer que faz 100%, mas tem que começar a fazer e tem que ter metas de evolução. Para isso, tinha que ter uma regra da própria Cetesb, que é o órgão licenciador, então essa regra surgiu em 2018 e Deus foi bom porque eu vim para aplicar, não é? As duas as coisas.

E obviamente em termos práticos o que nós fazemos hoje? Nós falamos: “olha, mas ela tem que ser uma meta quantitativa e tem que ser uma meta geográfica, não pode fazer só numa cidade como São Paulo, tem que fazer em outras regiões do Estado”. Então aí você vai avançando e abrangendo o estado de São Paulo como um todo, quanto mais eficiente for a logística, menos embalagens eu vou ter no aterro, mas eu vou trabalhando os dois lados ao mesmo tempo.

Eu poderia falar mais, mas eu sei que não é o objetivo aqui, mas nós podemos conversar depois mais sobre esse assunto, que é um assunto ao qual eu me dedico há bastante tempo e é um tema que me é muito caro. Acho que há outros elementos que podem ser agregados aqui, o fato é que a Cetesb tem feito isso, mandou cartas a todos aqueles que não têm se envolvido na logística reversa, deu prazos para cumprimento, já imputou multas por infração para quem não está fazendo, então, assim, esse tema é um

tema que tem avançado bastante no nosso Estado e não teremos como retroceder, pelo contrário, nós vamos, de fato, caminhar cada vez mais para que essa legislação seja aplicada e traga os benefícios que nós podemos ter porque na prática isso também faz com que um resíduo, que era algo desprezado, se torne um subproduto e se torne um novo negócio. Então em um país que precisa se recuperar do ponto de vista econômico, nós abrimos novas possibilidades para isso.

Então tem que ser visto de forma bastante positiva, eu diria, e acho que são essas então as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Bom, dessa forma, eu pergunto se algum deputado tem algum esclarecimento mais a ser feito? Vou deixar então para que a secretária, a presidente possa fazer a sua consideração final e a gente encerrar aqui as nossas atividades.

A SRA. PATRÍCIA IGLECIAS - Bem, acho que as minhas considerações finais são novamente de agradecimento aos senhores deputados. Eu o faço na pessoa do deputado Caio França. Estou sempre à disposição para vir e conversar com os senhores, eu entendo que esse é um movimento salutar e com isso nós respondemos não somente aos senhores deputados, mas respondemos à sociedade e se nós estamos à frente da agência ambiental é exatamente porque nós nos colocamos para cumprir uma função pública, então nós nunca podemos nos negar a prestar os esclarecimentos do trabalho que nós estamos fazendo e queremos sempre fazer isso de uma forma transparente, fazer as correções necessárias, eu acho que o trabalho sempre merece uma correção, pode ficar melhor, então estamos abertos para isso sempre nos colocamos à disposição.

Esperamos de verdade que o nosso Estado possa avançar não só nas pautas de Meio Ambiente, mas em todas as outras que nós precisamos avançar, dar a nossa contribuição e eu louvo muito trabalho que Assembleia Legislativa tem feito, essa renovação também da Assembleia que é algo muito positivo, enfim, também não poderia deixar de falar do papel das mulheres aqui na Assembleia porque, de fato, nós ainda temos que trabalhar muito em prol do papel das mulheres nas posições de liderança então deixo aqui um cumprimento especial à deputada Monica, em função dessa questão também, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Bom, agradecendo mais uma vez a presença de todos os deputados, deputada Monica; deputado Bruno; deputado Adalberto; deputado Sebastião deputado Dirceu Dalben; deputado Carlão Pignatari que estiveram aqui também e em especial à Sra. Patrícia Iglecias e todos os seus diretores e assessores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *